



AS CARTAS

I CARTA DE FORTALEZA – 1998

“O EXERCÍCIO DA CIDADANIA QUALIFICA AS AÇÕES DO ESTADO.”

Os Presidentes dos Conselhos Comunitários de Defesa Social, reunidos no *I Encontro dos Conselhos Comunitários de Defesa Social do Estado do Ceará*, realizado na cidade de Fortaleza, *no período de 12 a 13 de dezembro de 1998*, após confrontarem as necessidades comunitárias de segurança, com os ideais, a prática e os limites do estado na implantação de um novo modelo de Segurança Pública e Defesa da Cidadania para o Ceará. conscientes de que uma comunidade organizada e participante pode melhorar os serviços prestados pelo estado, manifestam-se pela adoção e defesa dos seguintes princípios e objetivos:

- Pleitear maior e contínua operacionalidade e, melhor emprego tático dos efetivos dos órgãos de Segurança Pública, no combate eficiente à criminalidade;
- Defender o alcance, a manutenção e o emprego do efetivo considerado ideal para a prestação dos serviços de segurança;
- Defender para os servidores dos órgãos de segurança, um rigoroso exame de seleção, preparação profissional aprimorada, continuamente, condições ideais de trabalho, salários dignos e respeito aos seus direitos de trabalhadores;
- Solicitar maior rigor da secretaria no controle da presença dos servidores e da eficiência do serviço prestado pelas unidades descentralizadas;
- Pleitear que os servidores da segurança sejam mais instruídos sobre os direitos humanos, especialmente, no trato com o cidadão e na convivência com seus representantes;

- Solicitar reuniões mais frequentes entre os órgãos de segurança e os Conselhos e, quando possível, com a presença dos servidores menos graduados, para que melhor entendam o exercício da cidadania;
- Pleitear que o governo do estado estenda ao interior, o mais breve possível, as medidas do novo modelo de segurança implantadas na capital;
- Incentivar, organizar e instrumentalizar a sociedade no exercício dos seus direitos e deveres quanto à Segurança Pública;
- Repudiar e impedir interferências externas ilegítimas no trabalho dos órgãos da Segurança Pública;
- Acionar o Poder Legislativo na proposição de leis que permitam maior agilidade e eficácia às ações da Segurança Pública em Defesa da Cidadania;
- Informar à Segurança Pública sobre circunstâncias e pessoas relacionadas com ocorrências criminais, no intuito de prevenir ou reprimir delitos;
- Comunicar à Segurança Pública os desvios de conduta e os atos meritórios praticados por seus servidores;
- Apoiar a ação conjunta do Judiciário, Ministério Público, Ação Social e Segurança, no tocante às medidas de proteção da criança e do adolescente.

Fortaleza, 13 de dezembro de 1998.

II CARTA DE FORTALEZA – 1999

REFLEXÕES SOBRE A 2ª CARTA DE FORTALEZA

Os *Conselhos Comunitários de Defesa Social do Ceará*, reunidos no *II Encontro Estadual*, realizado na cidade de Fortaleza, no auditório Celina Queiroz (UNIFOR), no período de 11 a 12 de dezembro de 1999, com a presença de representações dos municípios e da capital, nesta data em um total de **408 conselhos**, apresentam o resultado concreto das suas vivências diárias em torno das necessidades comunitárias no setor da Segurança Pública, decorrido um ano da existência da “Carta de Fortaleza”.

Reflexões sobre os serviços dos órgãos da segurança pública:

- Excluindo a área de distrito modelo, o efetivo, as instalações e os equipamentos das forças de segurança ainda não oferecem condições a uma prestação de serviços adequados às comunidades;
- Não houve considerável melhora na qualidade de vida pessoal e funcional dos servidores da segurança pública, que no interior dependem do executivo municipal e na capital executam outros serviços, ambos em prejuízo do cumprimento do dever;
- Seria interessante a regionalização dos concursos públicos, para evitar grande deslocamento e a conseqüente falta de estrutura de apoio ao servidor. contudo há de se estar atento para que uma permanência demorada não comprometa a isenção do serviço;
- O entrosamento entre a comunidade e os comandantes de companhias é bom, mas a maioria dos servidores da polícia militar e civil, ainda não sabe tratar com dignidade nem os representantes dos conselhos. necessita-se de mais divulgação da parceria;
- Os problemas relacionados com crianças e adolescentes precisam da multiplicação de medidas nos moldes da operação “justiça já”, bem como, de maior presença do estado na prevenção e recuperação de menores envolvidos com drogas;
- As táticas operacionais de descentralização da responsabilidade por bairro ou distrito funcionam, todavia o policial não deve montar guarda junto a prédios de empresas, mas circular por áreas consideradas de risco pela comunidade;

- Um novo problema surgiu, a municipalização do trânsito não foi absorvida pelas prefeituras e constitui-se em causa de problemas sociais e de crimes junto às comunidades, pela falta de uma autoridade competente para agir;

Reflexões sobre a atuação dos conselhos:

- Efetivamente, ao estado compete dotar de meios os órgãos responsáveis pela segurança pública e nós cidadãos temos o direito de cobrar essas providências, mas não somos impedidos de ajudar, pelas nossas imediatas necessidades e até para demonstrar a viabilidade da solução que apontamos;
- A participação comunitária é fundamental em todos os setores da ação estatal, mobilizando-se para exigir, mas, principalmente, para oferecer soluções, como as inúmeras que foram apresentadas neste encontro e que serão multiplicadas em todo estado;
- Aplaudimos a presença da ouvidoria geral do estado e da secretaria do trabalho e da ação social expondo aos conselhos os programas dessas pastas. outras entidades do executivo e dos outros poderes deveriam ser convidadas em futuras oportunidades;
- Conhecemos a nossa dedicação e somos testemunhas dos esforços desenvolvidos por inúmeros servidores, mas, principalmente, somos conscientes que uma das maiores causas da violência no mundo está ao nosso alcance resolver, a falta do verdadeiro amor entre os seres humanos, a partir da convivência familiar. o homem que se afasta de deus termina por perder o verdadeiro sentido da vida.

Fortaleza-Ceará, 12 de dezembro de 1999.

III CARTA DE FORTALEZA – 2000.

Por todo o mês de Novembro do corrente ano, todos os Conselhos Comunitários de Defesa Social do estado, realizaram em suas comunidades, municípios, regiões do estado, discussões, questionamentos e grandes reflexões, trazendo a Fortaleza os resultados desses eventos. Através de interlocutores, escolhidos democraticamente por ocasião dos *Encontros Regionais*, organiza-se este grande Fórum, que refletirá o entendimento e as proposições da Sociedade sobre “*A Segurança Pública que temos, e a que queremos.*” Os Conselhos Comunitários de Defesa Social do Ceará, reunidos no III Encontro Estadual dos Conselhos Comunitários de Defesa Social, realizado no Auditório Principal do Centro de Convenções, na cidade de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará, nos dias 02 e 03 de dezembro do ano de 2000, com a presença de representações dos municípios do interior e da capital, nesta data totalizando **675 CONSELHOS**, apresentam o *Relatório do III Encontro*, manifestando as seguintes **REFLEXÕES**:

- A consciência popular de que a violência não é somente problema da segurança pública está aumentando;
- O envolvimento efetivo dos CCDS em campanhas educativas junto a comunidade está cada vez mais intensificada;
- Registra-se uma melhora no relacionamento da comunidade com os órgãos de segurança pública, notando-se a existência de um certo compromisso, por uma grande parte dos servidores da SSPDC, pela melhoria da Segurança Pública;
- ***Os CCDS repudiam, firmemente:***
- as interferências externas, inclusive as de cunho político, nas atividades da segurança pública, especialmente no interior do Estado;
- o aumento da violência, reconhecendo que a segurança pública pode e deve trabalhar no sentido de oferecer maior segurança à comunidade, inclusive, com urgentes ações preventivas;
- a divulgação de notícias distorcidas sobre o trabalho dos órgãos da Segurança Pública; e
- Os CCDS acham por bem pleitear que os servidores da segurança pública sejam mais instruídos de forma a possibilitar a melhora da conduta profissional, principalmente, nos contatos com o cidadão.
- Os CCDS reconhecem a necessidade de:

- maior entrosamento, dentro da própria comunidade e, principalmente, com os órgãos de segurança pública;
- trabalhos educativos, por parte dos órgãos de Segurança Pública, para a prevenção de delitos;
- uma maior aproximação dos órgãos da segurança pública para com a comunidade, inclusive, através de campanhas educativas, como palestras, visitas, etc;
- uma maior conscientização dos profissionais da segurança pública, quanto a importância dos trabalhos dos Conselhos Comunitários de Defesa Social;
- incentivar o aumento do nível de colaboração da sociedade no trabalho dos órgãos da segurança pública;
- comunicar aos órgãos competentes da segurança pública do Estado, os desvios de conduta observados no dia-a-dia das atividades de segurança pública;
- comunicar ou destacar, por dever de justiça, os atos meritórios praticados pelos servidores da segurança pública;
- intensificar o nível de colaboração dos órgãos da Segurança Pública com as comunidades escolares e educacionais para despertar o sentimento de amor a pátria e, ainda, colaborar na política de combate às drogas; e
- apoiar mais intensivamente no esclarecimento do trabalho da Segurança Pública junto à imprensa, quando das divulgações distorcidas de fatos relacionados com o dia-a-dia dos órgãos da SSPDC.
- ***Os CCDS reivindicam:***
 - a intensificação da política de reequipamento dos órgãos da segurança pública, particularmente em todo o interior do Estado;
 - melhoria das instalações físicas dos órgãos da segurança pública no interior do Estado;
 - otimização da presença dos órgãos da segurança pública, particularmente naquelas localidades de maior carência do Interior do Estado, inclusive com o aumento do quantitativo de servidores e redistribuição do policiamento, objetivando melhorar o atendimento a população;
 - maior aproximação dos profissionais da segurança pública com a comunidade, tanto no nível de comando como no nível de base;
 - medidas para neutralizar ou evitar as interferências externas, inclusive as de cunho político no trabalho da polícia;

- destinação ou aumento de custeios para a manutenção dos aparatos da segurança pública, tanto no campo de ação da Polícia Militar, como da Polícia Civil e do Corpo de Bombeiros;
- maior divulgação sobre a importância do papel dos CCDS, inclusive com o apoio da imprensa em geral; e
- maior divulgação do trabalho que é desenvolvido pelos Órgãos da Segurança Pública.

Fortaleza-Ceará, 03 de dezembro de 2000.

IV CARTA DE FORTALEZA – 2001

O EXERCÍCIO DA CIDADANIA NO NOVO MILÊNIO

Vê-se hoje, neste *IV Encontro Estadual dos Conselhos Comunitários de Defesa Social*, uma evolução... Evolução esta testemunhada e compartilhada nos bastidores pelas autoridades que aqui compareceram. Aplausos de momentos mágicos ainda ressoam no subconsciente de todos.

Teve-se a honra do comparecimento do General de Divisão Alberto Mendes Cardoso, Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, que explanou de maneira simples, sincera e estimulante, a todos os presentes, acerca da importância da Prevenção Primária na melhoria da Segurança Pública de todo o Brasil. Houve a oportunidade de todos assistirem a palestra do Exmo. Sr. Gen Div. Cândido Vargas de Freire, Secretário da Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará, que em performance brilhante, objetiva e concisa, versou sobre o panorama do Sistema de Segurança Pública do Estado do Ceará.

Os representantes dos mais de oitocentos e sessenta Conselhos Comunitários de Defesa Sociais, já existentes em todo o Estado do Ceará, após confrontarem as necessidades comunitárias de segurança, com os ideais, a prática e os limites do Estado na implantação de uma política de Segurança Pública cada vez melhor para toda a sociedade Alencarina, manifestam-se pela adoção e defesa dos seguintes princípios e objetivos:

- Transformar o Decreto que criou o Conselho Comunitário de Defesa Social em Lei, para garantir a continuidade do referido Conselho;
- Proporcionar a capacitação através da realização de cursos para os nossos voluntários;
- Informatizar e equipar as delegacias e unidades policiais e corpos de bombeiros do interior do Estado;
- Permanecer as solicitações no que concerne à melhoria da qualidade de vida pessoal e funcional dos servidores da segurança pública, pois permanecem em sua maioria,

principalmente no interior do Estado, dependendo do executivo municipal, prejudicando por vezes a imparcialidade no cumprimento do dever;

- Continuar a fomentar um melhor entrosamento entre a comunidade e os membros da Segurança Pública, pois uma grande parte dos servidores da Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, ainda desconhecem a importância da parceria com a comunidade;
- Conscientizar as autoridades e entidades organizadas sobre a realidade no que se refere à criança e adolescente em situação de risco, apoiando projetos preventivos como o PROERD (Polícia Militar e Corpo de Bombeiros) e DIPRE (Polícia Civil);
- Buscar uma maior divulgação e valorização dos trabalhos dos CCDS junto aos poderes, Executivo, Legislativo e Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e a própria comunidade, bem como a integração entre Conselhos Municipais;
- Providenciar para uma maior divulgação das realizações dos CCDS na **mídia** em geral;
- Agilizar do Plano de Apoio ao Interior, para que os objetivos fins sejam alcançados com mais efetividade;
- Ampliar equipe de coordenação dos CCDS, garantindo ainda uma melhor estrutura física para Diretoria da Cidadania de modo a proporcionar condições de melhor atendimento às lideranças da capital e interior;
- Impedir interferências político-partidárias na mudança de comando nas localidades, garantindo uma participação consultiva dos CCDS durante este processo;
- Realizar dois grandes congressos dos CCDS, sendo um na Capital, outro no Interior, para maior intercâmbio entre seus Conselheiros;
- Disponibilizar prédios ou edificações ociosas do Estado para sedes dos CCDS;
- Incentivar o fortalecimento das parcerias e integração da juventude através dos **CCDS Juvenis**, hoje realidade em nosso Estado.
- Divulgar e repassar esta carta intenção para todos os órgãos vinculados ao Governo do Estado do Ceará, bem como aos demais poderes constituídos.
- A presente carta foi aprovada por aclamação pelos representantes dos Conselhos Comunitários de Defesa Social presentes no IV Encontro Estadual dos CCDS.

V CARTA DE FORTALEZA – 2002

SEGURANÇA, CIDADANIA, PARTICIPAÇÃO.

V Encontro Estadual dos Conselhos Comunitários de Defesa Social, uma evolução... Evolução esta testemunhada e compartilhada nos bastidores pelas autoridades que aqui compareceram. Aplausos de momentos mágicos ainda ressoam no subconsciente de todos.

Houve a oportunidade de todos assistirem a palestra do Exmo. **Sr. Gen Div. Cândido Vargas de Freire**, Secretário da Segurança Pública e Defesa da Cidadania do Estado do Ceará, que em performance brilhante, objetiva e concisa, versou sobre o Panorama do Sistema de Segurança Pública do Estado do Ceará.

Os representantes dos mais de oitocentos e noventa Conselhos Comunitários de Defesa Social, já existentes em todo o Estado do Ceará, após confrontarem as necessidades comunitárias de segurança, com os ideais, a prática e os limites do Estado na implantação de uma política de Segurança Pública cada vez melhor para toda a sociedade Alencarina, manifestam-se pela adoção e defesa dos seguintes princípios e objetivos:

- Transformar o Decreto que criou o Conselho Comunitário de Defesa Social em Lei, para garantir a continuidade do referido Conselho;
- Proporcionar a capacitação através da realização de cursos para os nossos voluntários;
- Informatizar e equipar as delegacias e unidades policiais e corpos de bombeiros do interior do Estado;
- Permanecer as solicitações no que concerne à melhoria da qualidade de vida pessoal e funcional dos servidores da segurança pública, pois permanecem em sua maioria, principalmente no interior do Estado, dependendo do executivo municipal, prejudicando por vezes a imparcialidade no cumprimento do dever;
- Continuar a fomentar um melhor entrosamento entre a comunidade e os membros da Segurança Pública, pois uma grande parte dos servidores da Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, ainda desconhecem a importância da parceria com a comunidade;

- Conscientizar as autoridades e entidades organizadas sobre a realidade no que se refere à criança e adolescente em situação de risco, apoiando projetos preventivos como o PROERD (Polícia Militar e Corpo de Bombeiros) e DIPRE (Polícia Civil);
- Buscar uma maior divulgação e valorização dos trabalhos dos CCDS junto aos poderes, Executivo, Legislativo e Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e a própria comunidade, bem como a integração entre Conselhos Municipais;
- Providenciar para uma maior divulgação das realizações dos CCDS na mídia em geral;
- Agilizar do Plano de Apoio ao Interior, para que os objetivos fins sejam alcançados com mais efetividade;
- Ampliar equipe de coordenação dos CCDS, garantindo ainda uma melhor estrutura física para Diretoria da Cidadania de modo a proporcionar condições de melhor atendimento às lideranças da capital e interior;
- Impedir interferências político-partidárias na mudança de comando nas localidades, garantindo uma participação consultiva dos CCDS durante este processo;
- Realizar dois grandes congressos dos CCDS, sendo um na Capital, outro no Interior, para maior intercâmbio entre seus Conselheiros;
- Disponibilizar prédios ou edificações ociosas do Estado para sedes dos CCDS;
- Incentivar o fortalecimento das parcerias e integração da juventude através dos CCDS Juvenis, hoje realidade em nosso Estado.
- Divulgar e repassar esta carta intenção para todos os órgãos vinculados ao Governo do Estado do Ceará, bem como aos demais poderes constituídos.
- A presente carta foi aprovada por aclamação pelos representantes dos Conselhos Comunitários de Defesa Social presentes no IV Encontro Estadual dos CCDS.

VI CARTA DE FORTALEZA – 2003

Os representantes dos 960 (Novecentos e sessenta) Conselhos Comunitários de Defesa Social reunidos no VI ENCONTRO ESTADUAL DOS CCDS DO ESTADO DO CEARÁ, promovido pela Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social, que se realizou no Centro de Convenções, em Fortaleza/Ce, nos dias 20 e 21 de dezembro de 2003, conscientes da importância de suas participações no contexto de atividades da Segurança Pública em benefício da sociedade cearense, após discutirem a problemática da área, com o reconhecimento da existência de limitações do Estado na implementação da sua Política de Segurança Pública e Defesa Social, manifestam as seguintes reflexões e reivindicações, objetivando fortalecer o processo de parceria da comunidade com esse significativo segmento de atuação do Poder Público:

- Maior apoio das autoridades constituídas do Estado, em especial na área da Segurança Pública, com os CCDS, oportunizando uma melhoria do nível de integração dos segmentos policiais com os Conselhos da Capital, Região Metropolitana de Fortaleza e Interior do Estado;
- Desenvolver medidas objetivando uma maior atuação da polícia no campo da prevenção de Segurança Pública;
- Facilitar o acesso dos que fazem os CCDS junto às autoridades públicas, em particular as da área da Segurança Pública e Defesa Social, a exemplo das parcerias que estão sendo desenvolvidas com os programas PROERD, Jovens Bombeiros Voluntários e Ciranda Pela Vida (DIPRE);
- Instalar Unidades Policiais e Bombeirísticas nos Municípios onde ainda não existem;
- Incrementar a ação de presença da polícia na periferia da Capital, Região Metropolitana de Fortaleza e nos Municípios do Estado do Ceará;
- Desenvolver planejamentos específicos objetivando suprimir as dificuldades materiais e humanas existentes para melhorar o nível de atuação dos Órgãos Policiais;
- Destacar nos programas de treinamento dos servidores da Segurança Pública, em especial junto ao Curso de Formação dos novos policiais militares, a parte

relacionada com a importância da parceria da comunidade, que é representada pelos CCDS, com os Órgãos de Segurança Pública e Defesa Social.

- Implementar programa de divulgação sobre os CCDS nos ambientes interno e externo do Sistema de Segurança Pública do Estado, abrangendo, inclusive, os estabelecimentos educacionais oficiais e particulares, possibilitando maior visibilidade aos inúmeros trabalhos sociais, culturais, educativos e esportivos desenvolvidos pelos Conselheiros de Defesa Social da Capital e Interior do Estado.

Ao finalizar o VI ENCONTRO DOS CONSELHOS COMUNITÁRIOS DE DEFESA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, os representantes dos CCDS, voluntários da paz advindos das mais diversas regiões deste Estado, manifestam e reafirmam a disposição de colaborar efetivamente com a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social na implementação da Política de Segurança Pública do Governo do Estado, em benefício da sociedade cearense.

Fortaleza-Ceará, 21 de dezembro de 2003.

VII CARTA DE FORTALEZA - 2006

VII ENCONTRO ESTADUAL DOS CONSELHOS COMUNITÁRIOS DE DEFESA SOCIAL

VISÃO DE CIDADANIA

Os Presidentes de *Conselhos Comunitários de Defesa Social* (representando cerca de 1060 CCDS adultos e juvenis), reúnem-se neste VII Encontro Estadual dos CCDS's, dia 21 de Janeiro de 2006, nesta cidade de Fortaleza, irmanados com autoridades do sistema de segurança pública e diversos segmentos representativos da sociedade, manifestando-se pela adoção e defesa dos seguintes princípios e objetivos, na busca pelo somatório de esforços e o compartilhamento de responsabilidades para a implantação de uma política de segurança pública sintonizada com os reais anseios da sociedade cearense:

- Urge providências no sentido de aperfeiçoar/ampliar a parceria entre as Instituições Policiais (*Civil e Militar*) e a comunidade, enfatizando a importância dos Conselhos Comunitários de Defesa Social como valiosos instrumentos facilitadores dessa integração;
- Pleitear que os servidores estaduais da Segurança Pública sejam mais instruídos sobre os direitos humanos e cidadania, elevando a eficiência policial, especialmente quanto a postura profissional na abordagem e atendimento aos cidadãos;
- Solicitar reuniões mais frequentes entre os órgãos de segurança e os CCDS's, com a participação efetiva de servidores menos graduados que atuem diretamente nas comunidades.
- Sugerir que o Governo do Estado implante o novo modelo de policiamento da capital (áreas operacionais integradas) no interior do Estado, a fim de otimizar a utilização dos recursos disponíveis, facilitando a integração entre os órgãos de segurança pública e as comunidades.
- Nota-se ainda a necessidade de melhoria na qualidade de vida pessoal do profissional de Segurança Pública, que no interior do estado depende fortemente do poder executivo municipal e na capital se obriga a executar outras atividades para o complemento de sua renda familiar, ambas em prejuízo do cumprimento do dever;

- Buscar o apoio da imprensa escrita, falada e televisiva para possibilitar maior visibilidade aos CCDS's junto aos diversos segmentos representativos da sociedade;
- Divulgar ou destacar, por dever de justiça, os atos meritórios praticados por servidores da segurança pública no exercício de suas funções policiais, bem como comunicar aos órgãos fiscalizadores os eventuais desvios de conduta dos referidos servidores;
- Pleitear maior e contínua operacionalidade dos órgãos de segurança pública, em harmonia com as especificidades e necessidades prementes das comunidades, priorizando a proteção à vida como foco do emprego tático dos efetivos dos órgãos de segurança pública;
- Engajamento ativo dos programas de incentivo e auto-estima (PROERD-PM, CIRANDA PELA VIDA-PC, JOVENS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS e SURF-SALVA-CBM), para os conselheiros juvenis, através da colaboração e engajamento dos órgãos de segurança pública, na capital e interior do Estado:
- Solicitar maior apoio das secretarias do Estado no atendimento das demandas apresentadas pelos CCDS's, bem como disponibilização de cursos profissionalizantes para os conselheiros juvenis da capital e do interior, possibilitando melhores condições de inclusão no mercado de trabalho;
- Incentivar e apoiar a ação conjunta do Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Ação Social e Segurança, no tocante às medidas de proteção da criança e do adolescente;
- Criar comissões/consórcios regionais dos CCDS's para fortalecer discussões de interesse das comunidades, aumentando a força reivindicatória sobre temas e demandas de interesse comum, sempre em consonância com as diretrizes e orientações da coordenadoria estadual dos CCDS's - Diretoria da Defesa social/SSPDS;
- Propor às Ouvidorias da Capital e Interior, que fortaleçam as parcerias com o CCDS como facilitadores na resolução de questões atinentes à Segurança Pública;

- Os *Conselhos Comunitários de Defesa Social* repudiam firmemente as interferências externas de cunho político, nas atividades de Segurança Pública, especialmente no interior do Estado;
- Manutenção do sigilo de informação prestadas pelos líderes comunitários aos órgãos de segurança pública, ampliando/aperfeiçoando os canais de receptação de denúncias e sugestões;
- Aprimorar a política de gerenciamento de recursos humanos dos órgãos de segurança pública, alocando os servidores, preferencialmente, em áreas próximas de suas residências, facilitando a locomoção e adaptação funcional dos aludidos profissionais;
- Solicitar ampla divulgação desta Carta do Ceará às instituições culturais, sociais e políticos cearenses, objetivando sensibilizá-las para que reconheçam, invistam, incentivem e apoiem a ampliação e o fortalecimento do grupo de voluntários do sistema de segurança pública, representado pelos CCDS's, como fonte perene de prevenção à violência e de implantação de uma sólida cultura de paz no território cearense.

Fortaleza-Ceará, 21 de Janeiro de 2006.

VIII CARTA DO CEARÁ

VIII ENCONTRO DOS CONSELHOS COMUNITÁRIOS DE DEFESA SOCIAL / 2006

CARTA MAGNA DA SEGURANÇA PÚBLICA DO CEARÁ

Os Conselhos Comunitários de Defesa Social - CCDS da Capital e do Interior do estado, reunidos no Centro de Convenções do Ceará, localizado na Avenida Washington Soares, participaram do VIII Encontro Estadual dos CCDS's no período de 16 a 17 de dezembro de 2006 (sábado e domingo), sob a organização e coordenação da Diretoria de Defesa Social - DDS da Secretaria da Segurança Pública do Estado do Ceará – SSPDS.

Temos hoje no Ceará 1060 CCDS's, em todos os municípios e bairros da capital cearense, integrando lideranças comunitárias comprometidas com a Segurança Pública, somando esforços e compartilhando responsabilidades em prol da Segurança Pública, tema central do encontro, mecanismo de verdadeira segurança e sociedade organizada.

Tivemos oportunidade de assistir painéis, palestras e atividades culturais, como também no ambiente estiveram expostas estruturas de operação, participação e atendimento á comunidade, criadas pela Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social e forças amigas, possibilitando momentos plenos de confraternização com todo o público presente, reforçando a aproximação das lideranças e autoridades da Segurança Pública do Ceará.

Contamos com as presenças das seguintes autoridades: Governador Lúcio Gonçalo de Alcântara, Secretário de Segurança Pública e Defesa Social General Théo Espíndola Bastos, Comandante Geral da Polícia Militar do Ceará, Cel PM Laércio Geovanni Macambira Marques, Comandante Geral do Corpo de Bombeiros Militar, Coronel BM João Vasconcelos Souza, Superintendente da Polícia Civil, Dr. José Nival Freire, como também de outros componentes da estrutura da Segurança Pública do Estado, os quais com as suas presenças em nosso evento ratificam a proposta de parceria – segurança pública e comunidade – como uma alternativa moderna e eficaz para objetivar a sonhada proposta de uma cultura de paz.

Neste VIII Encontro dos CCDS, as lideranças presentes debateram questões fundamentais, como a cooperação e o direito e a responsabilidade de todos na melhoria da

Segurança Pública em nosso Estado. Os interlocutores das várias regiões do interior do estado e das Áreas Operacionais Integradas apresentaram as suas reivindicações e sugestões para a melhoria da Segurança Pública em todo o Estado do Ceará, tendo como destaque a divulgação dos trabalhos executados. Também foram abordados e questionados os instrumentos legais da segurança pública existentes.

Sob o olhar dos CCDS, foram sugeridas propostas para consolidar de vez as ações proativas de segurança pública, tais como:

Guarnições do Corpo de Bombeiros para os municípios estratégicos do Estado;

Ampliação do contingente das policias Civil e Militar para os municípios mais populosos;

Instalação de Unidades da Segurança Integrada nas áreas mais desenvolvidas;

Ampliação e interiorização dos projetos: PROERD, BOMBEIRO SAÚDE (Terceira Idade), JBV, CIRANDA PELA VIDA, Projeto SOMAR e outros;

Que a SSPDS passe a incentivar a formação e criação de Câmara de Vereadores – Mirins em todos os municípios do Ceará, principalmente onde existe CCDS atuante;

Incentivo às parcerias com as instituições governamentais (Município, Estado e União) possibilitando vez e voz aos jovens e valorizando a ação e o trabalho dos CCDS adultos;

Que a SSPDS, viabilize recursos para a manutenção das sedes dos CCDS's atuantes, através de projetos sociais;

Que as articulações regionais atuem de forma flexível e ajudem no planejamento dos CCDS's dos municípios, procurando trabalhar a integração, a interação e a união da família CCDS.

Ao final do VIII Encontro Estadual dos CCDS's ficou o desejo de que as propostas e grandes atividades aqui apresentadas sejam vistas com o devido carinho pelo novo governo, com o propósito de apoiar o que está sendo feito pelos verdadeiros “voluntários da PAZ”.

AVANTE CONSELHEIROS!

Fortaleza-Ceará, 17 de dezembro de 2006

**I ENCONTRO DOS CONSELHOS COMUNITÁRIOS
DE DEFESA SOCIAL JUVENIL
CARTA DE QUIXERAMOBIM**

O olhar dos jovens sobre Segurança
Pública.

Os Conselhos Comunitários de Defesa Social Juvenis do estado do Ceará, reunidos durante o I Encontro Estadual na cidade de Quixeramobim no período de 14 a 16 de julho de 2006, sob a realização e coordenação da Diretoria da Defesa Social, tendo como apoio a Secretaria da Segurança Pública, a prefeitura municipal local, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar e Liceu do Ceará de Quixeramobim, incluindo a participação dos CCDS's Juvenis das cidades de Iguatu, Piquet Carneiro, Itapiúna, Quixeramobim, Juazeiro do Norte, Bela Cruz, Tianguá, Morada Nova, Caucaia, Pacatuba, Pacajus, Horizonte, Maracanaú, Maranguape e Fortaleza com seus respectivos bairros: Edson Queiroz, Vila Pery, Vila Velha, Praia de Iracema, Bom Sucesso, Monte Castelo, Sítio Córrego, Jardim Guanabara, João XXIII, Praia do Futuro, São João do Tauape, João Paulo II e mais a presença do Projeto SOMAR e a Câmara de Vereadores Mirins de Quixeramobim, perfazendo um total de 468 (quatrocentos e sessenta e oito) jovens objetivando definir ações e encontrar soluções referentes a área da segurança pública em prol de uma Cultura de Paz.

Neste Encontro fizeram-se presente: o Excelentíssimo Sr. Secretário da Segurança Pública do Estado, Gen. Div. Théo Espíndola Basto, o Prefeito Municipal de Quixeramobim Dr. Edmilson Gouveia, o Superintendente da Polícia Civil Dr. Nival Freire, o Comandante do Policiamento do Interior Coronel Pedro Alberto, o Assessor Comunitário da Polícia Militar - Ten Cel Feitosa, do Comandante do 1º BPM - Ten Cel Domingos e do Comandante da 2ª Cia da PM sediada em Quixadá no momento sob o comando do Maj. Edvard, além de autoridades civis do município que lá se encontravam prestigiando o evento.

Durante os três dias em que os jovens estiveram reunidos, várias atividades foram desenvolvidas, todas monitoradas e acompanhadas por responsáveis, sem no entanto embotar a genuína graça e espontaneidade da juventude, dentre as atividades podemos elencar algumas que marcaram por sua graça, criatividade, e pertinência com o público presente, como a participação da Banda de Música Sebastião Doth, apresentações folclóricas como o Bumba meu Boi, apresentação de quadrilha, danças diversas, artes marciais, Caminhada Cultural pela cidade de Quixeramobim, jogos esportivos, forró do Conselho Juvenil de Quixeramobim, como também a participação brilhante da Câmara de Vereadores Mirim do município de Quixeramobim, dando início ao Fórum sobre a Segurança Pública com a participação de todos os CCDS's Juvenis presentes, foram organizados 10 (dez) grupos, que através de seus conhecimentos e experiências debateram temas por eles escolhidos, utilizando 10 (dez) itens, os quais foram abordados e questionados dentro dos grupos objetivando reforçar os instrumentos legais de Segurança Pública existentes, como também propor ações sob o olhar da juventude, o extrato das questões debatidas foram sintetizadas da seguinte forma:

1. Maior incentivo a participação de jovens em grupos organizados, buscando a cidadania e participação proativa;
2. Preparar e incentivar jovens para o mercado de trabalho, propiciando geração de emprego e renda através de capacitação em áreas diversas;
3. Reconhecer que os CCDS's são importantes na prevenção à violência, no desenvolvimento de atividades sócio-educativas para o uso pleno das ações de cidadania;
4. Criação de um documento legal, regulamentando uma comenda para integrantes da Segurança Pública e servidores, que venham a se destacar como efetivos parceiros dos CCDS's;
5. Que a SSPDS acompanhe e acredite na potencialidade dos jovens investindo no poder infanto-juvenil através de incentivos e interação com os CCDS's de todo o Estado;
6. Estimular a abertura de trabalhos para os jovens através de cursos profissionalizantes, evitando que o jovem fique a margem da sociedade;

7. Endurecimento das leis para evitar a impunidade daqueles que comercializa drogas lícitas e ilícitas que estimulam a violência na juventude;
8. Incentivo as parcerias com as instituições governamentais (município, estado e união) viabilizando vez e voz aos jovens;
9. Que a SSPDS encaminhe projetos para a Assembléia Legislativa, legitimando os membros dos CCDS's, como portadores de passes livres para transporte coletivo;
10. Que a SSPDS promova em trabalho de divulgação e conscientização junto aos poderes constituídos nas três esferas (municipal, estadual e federal) e principalmente junto ao público interno;
11. Que a SSPDS viabilize recursos, para manutenção das sedes dos CCDS's atuantes com projetos sociais;
12. Que façamos valer dentro da forma legal este documento extraído do I Fórum Estadual Infanto-juvenil da cidade de Quixeramobim – Ceará.

Quixeramobim-CE, 16 de julho de 2006.